

## Caravana do Procon já esteve em três regiões do Estado

A unidade móvel do Departamento Estadual de Defesa do Consumidor (PROCON-RS), vinculada à Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH), iniciou suas atividades no dia 25 de abril, em São Sepé, onde realizou cerca de 70 atendimentos nos dois dias em que o ônibus permaneceu na cidade. Depois, nos dias 29 e 30, passou pela cidade de São Gabriel, na Fronteira Oeste do Estado, onde realizou mais de cem atendimentos. O ônibus também esteve em Faxinal do Soturno, Região Central, no primeiro fim de semana do mês, durante a realização da Expofax. E, por último, visitou a Região Sul, indo a Rio Grande nos dias 8 e 9 de maio.

A equipe de servidores estaduais ficou à disposição da comunidade que pôde registrar reclamações e esclarecer dúvidas relacionadas aos direitos do consumidor. O público que visitou o ônibus do Procon-RS, nas quatro cidades, também recebeu material informativo, cartilhas e Códigos de Defesa do Consumidor.

A Caravana do Procon-RS pretende percorrer parte do Estado. A descentralização do departamento visa a contribuir para o esclarecimento da população e fortalecimento do Procon nos municípios.



## Aberta seleção para escolha de entidade que irá executar o Ppcaam no Estado

A Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH) está com as inscrições abertas para a seleção de entidade privada sem fins lucrativos para fazer a gestão do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (Ppcaam) no Rio Grande do Sul. O edital (confira no site [www.sjdh.rs.gov.br](http://www.sjdh.rs.gov.br)) publicado no dia 8 de abril no Diário Oficial do Estado (DOE) busca associações, fundações, entidades assistenciais ou organizações não governamentais que tenham atuação e conhecimento na promoção e proteção de direitos humanos no Estado, em especial sobre a temática de proteção a crianças e adolescentes.

ênfase na proteção integral e na convivência familiar, além de mobilizar a sociedade e os poderes públicos para a reflexão da necessidade de mudanças da realidade dessas crianças e adolescentes.

A documentação será entregue à Comissão Especial de Avaliação de Documentação e Propostas Técnicas que irá analisar o trabalho da entidade na área, a adequação ao objetivo do programa, capacidade técnica e gerencial, sistema de monitoramento e avaliação das ações, propostas, orçamento detalhado proposto, estrutura física adequada para atender ao programa.

Os resultados da seleção serão publicados no dia 27 de maio, podendo receber recurso até o dia 3 de junho. A empresa selecionada deverá ser conveniada até o dia 7 de junho.

## SJDH entrega à Assembleia projetos do Fundo Estadual do Idoso e de regulamentação do conselho

O dia 29 de abril foi significativo para os idosos gaúchos. Em ato na Assembleia Legislativa, grupos de terceira idade de grande parte do Estado prestigiaram a entrega dos projetos de lei que cria o Fundo Estadual do Idoso e a regulamentação do Conselho Estadual do Idoso, além da instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Terceira Idade. O mesmo ato comemorou o início da vigência da lei que concede desconto de 40% na renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para idosos no Rio Grande do Sul.

projetos para proteger, cuidar, dar carinho e dignidade para nossos idosos", completa Fabiano. O secretário explicou que as doações para o fundo poderão ser feitas por meio da declaração do Imposto de Renda.

Proponente e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Terceira Idade, o deputado Gerson Burmann (PMT) disse que o Fundo Estadual do Idoso permitirá aos idosos sonharem com projetos que aumentem sua qualidade de vida. Ele incentivou, ainda, os municípios a criarem seus conselhos municipais para atenderem uma população que cresce 10 vezes mais nos últimos 60 anos.

### Os recursos do fundo financiarão projetos voltados para a proteção e cuidado dos idosos. As doações poderão ser feitas por meio da declaração do Imposto de Renda.

Ao entregar os projetos para o presidente da Assembleia, Pedro Westphalen (PP), o secretário da Justiça e dos Direitos Humanos, Fabiano Pereira, lembrou que em 2050 a pirâmide populacional irá se inverter e serão mais idosos do que jovens no país. Por isso, a importância de se preocupar com a população de mais de 65 anos. Fabiano explicou que o Conselho do Idoso ainda não era regulamentado por lei e existe por decreto, em que o Governo do Estado é quem decide os seus integrantes. Segundo ele, com a nova lei, o colegiado terá 16 representantes do Poder Público e 16 da sociedade civil.

O presidente da Assembleia, Pedro Westphalen, comprometeu-se em agilizar a tramitação do projeto, devido à importância e urgência da matéria. "Vou pessoalmente me empenhar para que esses dois projetos sejam celeremente aprovados. Tenho certeza que o Fabiano (Pereira) vai fazer esse fundo crescer rapidamente", afirmou o presidente.

A secretária adjunta da Justiça e dos Direitos Humanos, Maria Celeste, e a diretora de Direitos Humanos e Cidadania da SJDH, Tâmara Biolo Soares, também participaram do ato.



## Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia é instalado no Estado

O Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia foi instalado, no dia 26 de abril, durante a audiência pública que tratou da criação do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTs) no auditório da Associação dos Juizes do RS (Ajuris), em Porto Alegre. Composto por representantes dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, organizações não governamentais e entidades representativas, o comitê irá, entre outras ações, ajudar a construir o sistema nacional e coordenar a criação do Conselho Estadual de Enfrentamento à Homofobia.

Ao compor o colegiado, a secretária-adjunta da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH), Maria Celeste, falou do esforço da SJDH, juntamente com secretarias municipais e a sociedade civil, para traçar políticas públicas para a comunidade LGBT. "Temos de dar o exemplo demonstrando que vamos aprovar o conselho estadual e ter uma lei clara quanto aos direitos da população LGBT, para que isso seja uma política de Estado e não uma política de governo. Vamos irradiar uma política construída com a população do RS", disse.

### Número de denúncias

Antes de começar os debates sobre o Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência contra LGBT, o coordenador geral de Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, Gustavo Bernardes, realizou uma apresentação das conquistas desse público ao longo dos anos e dos números de denúncias que chegam à SDH, principalmente pelo Disque 100.

recursos para centros de referência. Tudo isso é muito importante, mas mais importante ainda é a mudança de atitude das pessoas, a desconstrução do preconceito. A luta LGBT mostra que tem que discutir a sexualidade em família", opinou.

Jucele Comis, do Pacífica República, citou os avanços importantes que o RS já deu para garantir os direitos de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Ela pediu que sejam aprovadas leis que protejam a população LGBT. "Eu, mulher, lésbica, preciso de uma lei que possa me ajudar para que pessoas não morram mais como o André de Tapes, vítima que morreu brutalmente a facadas, que teve a vida tirada com muito ódio no ano passado. Esse não é o momento de ficar quieto. Temos de fazer a coisa acontecer. Os Felicianos estão por aí, mas os homens de bem também e precisam se manifestar. Democracia não vai ser plena enquanto todos não tiverem seus direitos".

Segundo Bernardes, no ano passado, a secretaria recebeu 6,8 mil denúncias de violência contra gays, lésbicas, travestis e transexuais. Foram contabilizadas 1.713 vítimas e um total de 2.275 suspeitos. "O número de suspeitos bem superior ao de vítimas comprova que as agressões geralmente são em grupos que se organizam, muitas vezes, pelas redes sociais para atacar. Por isso, é preciso ficar de olho", alertou o coordenador.

### Compõe o Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia:

- Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos
- Secretaria Estadual da Educação
- Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social
- Procuradoria Geral do Estado
- Secretaria Estadual da Saúde
- Secretaria Estadual da Segurança Pública
- Casa Civil
- Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres
- Ministério Público do Estado
- Defensoria Pública do Estado
- Observatório da Homofobia
- Comissão Direitos Humanos da Assembleia Legislativa
- Conselho Regional de Psicologia
- Prefeitura Porto Alegre
- Liga Brasileira de Lésbicas
- Passifera República
- Coletivo Ovelhas Negras da UFRGS
- ONG Somos
- Parceiros da Diversidade de Canoas
- Igualdade RS
- Igualdade de Gaiucha
- Visão
- Desobedeça

Cento e noventa e oito dessas denúncias foram do RS. O Estado aumentou 241,3% o número de denúncias em relação a 2011, quando registrou 58 denúncias. Em todo o Brasil, o aumento foi de 265%. Os dados ainda demonstram que o perfil da maioria das vítimas é mulher, negra e na faixa etária de 14 a 19 anos. Em 2012, foram 278 homicídios.

Bernardes explicou que o sistema também visa a incentivar políticas públicas de cidadania e repartir competências com os Estados e os municípios, além de aumentar a participação da sociedade civil e da iniciativa privada.

O presidente da Ajuris, Pio Giovanni Dresch, citou o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, como um motivo para que todos sigam na luta pelos seus direitos. "O Marco Feliciano é um exemplo grotesco e destróculo, mas essa luta existe também por causa dos pequenos Felicianos que existem aí e que existem dentro de nós mesmos. Precisamos exorcizá-los", disse, ao afirmar estar orgulhoso da Ajuris ser integrante dessa luta.

Para a diretora do Departamento dos Direitos Humanos da SJDH, Tâmara Biolo Soares, Marco Feliciano fere a Constituição, que proíbe manifestações contra grupos de pessoas por discriminação. "Precisamos pensar o projeto de lei que cria o Conselho Estadual LGBT. E do Governo Federal aguardamos o avanço do sistema e

advocados, sem distinção ou preconceitos, da união de todos em face de um objetivo comum". Já o prefeito reafirmou o comprometimento do município para a implantação de políticas voltadas para os jovens e acrescentou que a adesão ao POD Legal só foi possível devido ao esforço de todos, especialmente do comprometimento das empresas. Ele ressaltou, ainda, que o programa oportunizará aprendizagem e qualificação dos jovens para o mercado de trabalho no turno oposto ao da escola. "É um momento extremamente importante para nossa sociedade", completou Schwanke.

Conforme o coordenador do Programa POD Legal, Getúlio Júnior, inicialmente o programa deverá contemplar entre 15 e 30 jovens, de 14 a 20 anos, que estejam estudando. Também participaram do ato representantes do CIEE, de conselhos de direitos e das empresas que irão oferecer as vagas.



## Rio Pardo foi mais um município que aderiu ao programa POD Legal

Mais um município aderiu ao Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Legal. Voltado à profissionalização de jovens de 14 a 24 anos, a iniciativa da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH) chegou a Rio Pardo, Região do Vale do Rio Pardo. O termo de adesão foi assinado no terça-feira, dia 23 de abril, pelo prefeito Fernando Schwanke e pela diretora do Departamento de Direitos Humanos da SJDH, Tâmara Biolo Soares.

Em sua manifestação, a diretora Tâmara destacou que Rio Pardo "demonstrou hoje a preocupação em dar oportunidade a todos os

O POD Legal é uma parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, e oportuniza aos jovens um emprego com carteira assinada em empresas, por meio da Lei de Aprendizagem. Até agora, 14 cidades implantaram a ação, beneficiando mil jovens.

Em sua manifestação, a diretora Tâmara destacou que Rio Pardo "demonstrou hoje a preocupação em dar oportunidade a todos os

## Justiça suspende interdição do Case de Pelotas

No dia 23 de abril, a Justiça suspendeu a liminar de interdição do Centro de Atendimento Socioeducativo de Pelotas (Case). A medida havia sido concedida, no mês de março, a pedido do Ministério Público. Em sua decisão, o juiz Alan Tadeu Soares Delabary Júnior destacou as melhorias da unidade: "...constataram-se significativas melhoras, em relação à situação inicial que determinou a interdição". O magistrado citou, ainda, a importância da recente nomeação de 12 novos servidores, por concurso público, para a retomada da normalidade no Case.

Em sua decisão, o juiz destacou as melhorias realizadas na unidade, principalmente pela nomeação de doze novos servidores.

O secretário da Justiça e dos Direitos Humanos, Fabiano Pereira, ressaltou que as melhorias no Case de Pelotas fazem parte do projeto de uma nova Fase (Fundação de Atendimento Socioeducativo) que a atual gestão está implementando com reformas de unidades e profissionalização dos adolescentes, além da realização de concurso público. Sobre a suspensão da liminar, o secretário afirmou que é resultado da "relação respeitosa e harmoniosa com o Poder Judiciário e o Ministério Público". Ele adiantou que, em breve, o Case de Pelotas passará por uma reforma.

Adolescentes, em sua maioria, estavam privados do convívio, por motivo de segurança, devido à falta de funcionários e de problemas estruturais decorrentes de anos de falta de investimentos. Com o trabalho de todos, conseguimos reverter a situação", comemora Fernandes. Já a presidente da Fase, Jucelma Pires, ressaltou a dedicação da força-tarefa formada para amenizar o déficit de funcionários na unidade até as nomeações. "Foram mais de 20 homens e mulheres que, assim que chamados, passaram semanas longe de suas casas pelo bem desses jovens, pelo bem da Fase", completou ela.